

GRANDES ELITES E PEQUENAS CIDADES: hierarquia mercantil e urbana no complexo cafeeiro paulista (1890-1914)

Rodrigo Fontanari
Mestrando em História – UNESP/Franca

Pedro Geraldo Tosi
Doutor em Economia Aplicada (Área de Concentração: História Econômica) - UNICAMP
Professor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional da
UNESP/ Franca

RESUMO: Este artigo busca analisar as relações entre as formas de acumulação de capitais na cafeicultura, intimamente vinculadas à atividade creditícia, e a urbanização em um município paulista: Santa Cruz das Palmeiras, no período de 1890 a 1914. Baseia-se em recentes pesquisas na área da história econômica que visa à dinâmica da economia e o manuseio de fontes documentais ainda pouco estudadas, dentre as quais os Livros Cartoriais, principalmente as dívidas hipotecárias e os penhores agrícolas. Todavia, explicitam-se como as formas de financiamento interferiram no processo de urbanização, pois as elites centralizavam cifras consideráveis de capitais, reinvestiam-nos em grandes cidades e, ainda, não pagavam os impostos locais.

PALAVRAS-CHAVE: cafeicultura, crédito, acumulação.

ABSTRACT: This article explores the relationship between forms of capital accumulation in coffee growing, closely related to loan activity, and urbanization in a city in São Paulo: Santa Cruz das Palmeiras, in the period 1890 to 1914. It is based on recent research in economic history which seeks the dynamics of the economy and the handling of documentary sources still poorly studied, among which the Notary Books, especially mortgage debt and agricultural liens. However, as explicit forms of financing interfered in the process of urbanization, since the elites centered figures considerable capital, reinvested them in big cities and also did not pay local taxes.

KEY-WORDS: coffee, credit, accumulation.

Introdução

O presente trabalho procura pensar a cidade e a urbanização à luz da realidade brasileira, amplamente marcada pela manutenção da estrutura colonial que nos modelou e que ainda perdura. Nem a Independência, que continuou pautada no latifúndio, na produção atrelada ao mercado externo e no trabalho escravo; nem a República e a modernização dela decorrente foram capazes de romper com os resquícios e remanescentes sociais associados ao trabalho cativo. As conseqüências sociais do peso dessas instituições de longa duração geraram uma massa de excluídos sob a batuta de uma política de moldes paternalista e clientelística.

Se a realidade brasileira é impar por congregar algumas dessas características, derivada em parte das metamorfoses e vicissitudes do capitalismo periférico, é válido, portanto, lançar mão de modelos interpretativos que priorizem um tipo de urbanização que “não segue as formas do modelo clássico de urbanização fundado na análise do processo urbano nas áreas centrais do sistema capitalista” (COSTA, 1999: 233).

O debate a respeito do fenômeno urbano – recorrente ao final do século XIX e início do século XX, encorpado pelas interpretações da *Escola de Chicago*, e dinamizado pela combinação de enfoques como o da *Escola de Frankfurt*, por exemplo, ganhou acentuado espaço nos meios acadêmicos: em seus mais diferentes prismas e nas mais variadas esferas da política na última década; fato reforçado essencialmente pela crescente urbanização ocorrida em função dos movimentos populacionais de dimensão mundial e pela dinâmica urbana de expansão caótica que intensificou (FREITAG, 2007).

Na esteira desses debates, o presente artigo busca objetivar algumas reflexões que articulem: a vida urbana, os mecanismos de acumulação e as formas de atuação da elite paulista na órbita do complexo cafeeiro ¹ e, ainda, tenta avaliar como tais atuações contribuíram para aquilo que denominamos hesitações da urbanização – vista aqui em seus aspectos concernentes ao desenvolvimento urbano-industrial e à modernização. O foco

¹ Complexo cafeeiro entendido aqui como uma gama diversificada de atividades e investimentos, tendo como núcleo a produção cafeeira, e integradas entre si, tais como: transporte ferroviário, infraestrutura urbana, comércio de importação e exportação, produção de alimentos, financiamento, ensacamento, beneficiamento, enfim, todas as atividades necessárias à expansão da atividade nuclear, acelerando o ritmo da acumulação (CANO, 1977).

GRANDES ELITES E PEQUENAS CIDADES: hierarquia mercantil e urbana no complexo cafeeiro paulista (1890-1914) - por Rodrigo Fontanari e Pedro Geraldo Tosi

analítico é o da cidade de Santa Cruz das Palmeiras², situada no interior do Estado de São Paulo, entre os anos de 1890 e 1914.

Procurou-se, desta maneira, lançar mão de uma análise histórica do desenvolvimento econômico para estabelecer as relações entre as formas de acumulação de capitais na cafeicultura paulista – intimamente vinculada à atividade creditícia – e o seu destacado processo de urbanização ou de modernização urbana. Objetiva-se ainda, compreender a lógica da acumulação e da modernização operante no capitalismo e respectivamente sua reprodução no complexo cafeeiro, visando entender porque os “benefícios do progresso concentraram-se nos grandes centros que se modernizaram rapidamente, acentuando-se a diferença entre estes e os núcleos do interior” (COSTA, 1999: 257).

As cidades do complexo cafeeiro compõem um dos mais expressivos circuitos de interação e de complementaridade urbana do mundo contemporâneo. Refletir sobre a História Urbana e sobre as possibilidades de Histórias que têm nessas cidades e em seus ambientes pode ajudar a entender melhor a realidade da urbanização brasileira e de um dos fenômenos mais notáveis do capitalismo periférico no hemisfério Sul: a constituição da mais saliente rede urbana nas regiões do centro-sul brasileiro, na conjuntura que permitiu o surgimento do complexo cafeeiro, entre 1820 e 1950.

Nossa abordagem teórica tem como meta priorizar as conceituações elencadas pelo historiador francês Fernand Braudel. Seu esforço para elucidar a noção de *longa duração*, de *economia-mundo*, de *capitalismo*, de *hierarquia social* e de *circuitos urbanos*, por exemplo, oferece a possibilidade de emprego dessas ferramentas conceituais para o objeto em questão sem, contudo, perder o foco das singularidades que são próprias dos países periféricos, já que o esforço de Braudel foi, justamente, na direção de apreender as especificidades dos desdobramentos do(s) capitalismo(s) pelo mundo.

Para captar melhor essa realidade ao nível local e fazer a devida articulação/justaposição com a teoria, o esforço primeiro foi o de investigar e quantificar as fontes primárias – os dados quantificados deram origem a estatísticas gerados no Microsoft Excel. A análise das fontes em suas dimensões econômicas e sociais – principalmente quanto aos

² O Município de Santa Cruz das Palmeiras possui atualmente cerca de 32.000 habitantes. Está localizado na Bacia do Rio Mogi-Guaçu, a 30Km da Rodovia Anhanguera, à nordeste do estado de São Paulo. Tem uma área de 312 Km² e altitude de 644m. Sua temperatura média máxima é de aproximadamente 32°C, média mínima 12°C, sendo sua temperatura compensada em torno de 19,6°C. De clima subtropical, sua topografia é plana com suaves ondulações e amplos vales pluviais, com solo tipo latossolo roxo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, 2009).

GRANDES ELITES E PEQUENAS CIDADES: hierarquia mercantil e urbana no complexo cafeeiro paulista (1890-1914) - por Rodrigo Fontanari e Pedro Geraldo Tosi

livros cartoriais da cidade de Santa Cruz das Palmeiras – dizem respeito às hipotecas e aos penhores agrícolas.

Essas fontes contêm importantes dados, pois apresentam: a data que foi efetivada a hipoteca ou penhor, o valor da transação, os juros praticados, o nome, a profissão e a residência dos credores e dos devedores, o prazo para quitação, o imóvel ou bem hipotecado ou penhorado, descritos, às vezes, com minúcias que permitem entrelaçamentos e confrontos.

Para o período analisado (1890-1914), foram levantadas 287 inscrições de hipotecas encontrados em dois livros cartoriais denominados *Livro(s) de Inscrição Especial*, sob os números 2 e 2A; e foram levantados 59 contratos de penhores agrícolas, presentes no *Livro de transcrição de penhor agrícola*, sob número 5. Todos esses documentos se encontram no “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras”.

Ainda quanto às fontes históricas utilizadas, há também o livro de *Registro de ofícios, editais e mais papéis*, nº 2, da administração Municipal de Casa Branca – cidade da qual Santa Cruz das Palmeiras se desmembrou. Dado o conteúdo político da fonte ela será empregada na averiguação da “ideologia” e das formas de atuação da elite paulista que se fez representar na região.

A elaboração do trabalho envolve estudo bibliográfico referente ao assunto e a junção das técnicas quantitativo-qualitativas, na tentativa de avaliar o que já foi produzido nesse campo de estudos e na necessidade de fundamentar o trabalho e contribuir para o avanço de pesquisas no campo da história econômica, urbana e regional.

Santa Cruz das Palmeiras na órbita da economia-mundo

Uma pequena cidade, como Santa Cruz das Palmeiras, seria um bom campo de estudo na atualidade? De acordo com Braudel “sim, sem dúvida, com a condição de que não seja estudada somente por si e em si mesma [...], mas como um testemunho que é preciso restabelecer em planos múltiplos de comparação, tanto no tempo quanto no espaço” (Braudel, 2005: 228).

Com esse intuito, e seguindo o estilo de uma história-problema de abordagem estrutural, aos moldes da primeira e segunda geração dos *Annales*, mergulha-se no passado para tentar compreender o presente. Duas observações se fazem necessária antes de seguirmos.

A primeira é quanto ao termo *estrutural* aqui lançado. Os historiadores não devem esquivar-se da busca de permanências existentes nas sociedades, pois sendo histórico o que muda, também é histórico o que não muda (Braudel, 2002). Segundo Braudel:

A história assim privilegiada é por mim chamada estrutural, sob o signo da duração, da repetição, da insistência. Digo estrutural sem me preocupar com o estruturalismo dos lingüistas, que não me incomoda, nem me tenta, sem me preocupar com o estruturalismo dos pernósticos dos anos sessenta, para quem a estrutura não é mais do que um sistema de relações abstratas. Para o historiador, trata-se, ao contrário, de coisas bem reais. É estrutura, para ele, o que, na massa de uma sociedade, resiste ao tempo, perdura, escapa das vicissitudes, sobrevive com obstinação e sucesso (BRAUDEL, 2002: 356).

A segunda observação diz respeito à história-problema, que concorre ao ofício do historiador, aos imperativos e implicâncias do presente. Há quem diga, que: com Braudel “estamos diante de uma *história implicitamente retroditiva*, que decide sobre a importância relativa dos acontecimentos ou instituições em função do que ela conhece de seu futuro posterior e de sua significação atual” (CAILLÉ, 1989: 98). Sendo assim, a pesquisa histórica deve sempre forçar as portas do tempo presente (BRAUDEL, 2002).

Atualmente, Santa Cruz das Palmeiras é um município “modesto” em termos de riqueza. Conta com uma população de cerca de 32.000 habitantes; seu PIB (no valor aproximado de duzentos e dez milhões de reais) e a maioria dos empregos se liga à agricultura, aonde a principal atividade é a canavieira, prevalecendo ainda uma renda e estrutura fundiária consideravelmente concentrada (SEADE, 2009).

Contudo, através de um breve exercício retrospectivo as “raízes históricas” do município – fundado em 1876 – vê-se que aqui estavam presentes os elementos necessários para promoverem (mas não promoveram) a “*glória do progresso*”, ou seja, o desenvolvimento e a concentração urbana e industrial, pois: contava com uma cafeicultura de grande escala, devido à boa qualidade do solo e clima, levada a cabo por famílias da elite paulista³. Havia duas ferrovias, a Paulista e a Mogiana, que conectavam a cidade aos

³ Emprega-se o termo elite aqui em sua versão braudeliana, significando o grupo privilegiado de atores que ocupam o topo da hierarquia social de determinada sociedade, cabendo a eles “o poder, a riqueza, uma grande parte dos excedentes da produção; cabe a eles governar, administrar, dirigir, tomar decisões, assegurar o processo do investimento, portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários, convergem para eles”. (BRAUDEL, 1996a: 415). Utiliza-se também, na tentativa de melhor entender a elite paulista, o conceito de *família de elite modernizante* lançado por Darrel Levi em seu estudo sobre a família Prado (LEVI, 1977). Ainda sobre o termo elite, cabe para o período compreendido, o estudo de Perissinotto sobre famílias importantes da sociedade

GRANDES ELITES E PEQUENAS CIDADES: hierarquia mercantil e urbana no complexo cafeeiro paulista (1890-1914) - por Rodrigo Fontanari e Pedro Geraldo Tosi

grandes centros mundiais, fato raro no país. Os imigrantes pipocavam de todo o canto do mundo, atraídos pela cafeicultura e suas atividades complementares; enfim, parecia que tudo daria certo no *futuro*, porém não deu. Onde se podem encontrar as causas que atravancaram a *glória do progresso*?

A hipótese principal da investigação é que o rumo dos acontecimentos teve tal direção e desdobramento devido à localização periférica que a cidade ocupou em relação aos grandes centros regionais, como Campinas e Ribeirão Preto, por exemplo, e, principalmente, em relação à cidade de São Paulo, que era o centro dinâmico do complexo cafeeiro – vale frisar que na visão braudeliana, Londres era o centro da economia-mundo nesse período. Com essa hierarquia existente entre as cidades, Santa Cruz das Palmeiras ficou sufocada, e teve seu ritmo e fluxo condicionado aos desnivelamentos exercidos pelos centros urbanos mais expressivos que se antepuseram como etapas a serem vencidas.

Mas, se de fato as coisas aconteceram assim, como constatar tal hierarquização? Fernand Braudel identifica o que ele chama de capitalismo nas cidades, principalmente nas cidades ocidentais, aonde comerciantes, cidades, fluxos, técnicas, redes, dentre outros elementos, formam um conjunto robusto e indissolúvel (FOURQUET, 1989). Consoante a isso, a idéia de economia-mundo coopta a favor de sistemas relativamente fechados e complexos de divisão internacional do trabalho, onde os centros canalizam a maior parte dos lucros e dos capitais gerados nas malhas desse sistema, tornando-se os grandes beneficiados. Vejamos as palavras de Braudel:

Não há economia-mundo sem um espaço próprio e significativo por várias razões: ele tem limites e a linha que o contorna confere-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar; [...] implica um centro em benefício de uma cidade e de um capitalismo já dominante, seja qual for sua forma. [...] hierarquizado, esse espaço é uma soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo uma única relativamente rica no seu centro. Daí resultam desigualdades, diferenças de voltagens, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto (BRAUDEL, 1996b: 16).

Essas desigualdades e diferenças de voltagem são no fundo desnivelamentos de mercado que tendem a manter o circuito ativo e lucrativo para “os centros”, e são resultantes das hierarquias sociais e da própria dinâmica do capitalismo. Podemos observar essa realidade através da economia de Santa Cruz das Palmeiras.

paulista, ou como as denominou, como sendo as de *tipo ideal do capital cafeeiro* (PERISSINOTTO, 1999).

Vale frisar que na concepção braudeliana a respeito da economia, o capitalismo está situado, como seus atores (elite), no alto da cadeia mercantil, ficando suas ações de maior vulto e as vantagens mais elevadas restritas a uma pequena parcela do tecido social. Nessa concepção ainda, vemos que o capitalismo tende a ser, antes de tudo, comercial, isto é, o capital de maior grandeza é decorrente do comércio e de trocas realizadas dentro da economia-mundo. Um intérprete de Braudel aponta na seguinte direção:

O capitalismo, acredita ele, não surge na produção, mas na circulação. Existe capitalismo a partir do momento em que entre compradores e vendedores imediatos interpõe-se um terceiro, o comerciante; e isso é mais especialmente verdadeiro quando o terceiro é um intermediário financeiro, um comerciante de dinheiro – um banqueiro. O lucro capitalista seria, portanto, por natureza, de ordem especulativa. Muito longe de inscrever-se (como pensava Marx) no jogo das equivalências comerciais, ele resulta da capacidade do intermediário capitalista de falsear as regras da troca em seu benefício. Suprima-se os intermediários, parece dizer Braudel, e você estará suprimindo o capitalismo para deixar apenas o justo mercado (CALLE, 1989: 102).

Levando-se em conta essa “lógica” do capitalismo comercial e o peso do capital gerado por ela, busca-se avaliar como essa *lucratividade especulativa*, gerada pelos intermediários ou negociantes de dinheiro, pode ser observada na cafeicultura de Santa Cruz das Palmeiras.

Analisando a média de pés de café por propriedade no município, podemos concluir que Santa Cruz das Palmeiras foi *locus* da grande lavoura cafeeira, em termos de produção, onde a média de cafeeiros por propriedade atingiu a marca de 93.458. Esse fato deve-se, sobretudo pelas qualidades naturais da região e pela excelente qualidade do solo, conhecido como terra roxa, considerados ideais à cultura do café, bem como as relações sociais de produção travadas nessa localidade. Em Ribeirão Preto a média de cafeeiros por propriedade era de 84.324; em São Carlos 80.029; em Campinas 44.490; em Jaú 29.973 e em Franca 18.276 (TOSI; FALEIROS; TEODORO, 2005).

Essa média atinge tal magnitude devido à produção das grandes fazendas da elite paulista, possuidoras de terras no município, como, por exemplo: a Fazenda “Palmares”, do Conde Armando Álvares Leite Penteado chegou a ter mais de 800.000 pés de café; as Fazendas “Brejão” e “Santa Veridiana”, propriedade da família Silva Prado, possuíam juntas, mais de 1.200.000 pés de café; a Fazenda “São Carlos”, da Condessa Monteiro de Barros, possuía cerca de 335.000 pés de café; a Fazenda “Santa Eugenia”, do Tenente Coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, cerca de 385.000 pés de café; Fazenda “Santa Maria”,

GRANDES ELITES E PEQUENAS CIDADES: hierarquia mercantil e urbana no complexo cafeeiro paulista (1890-1914) - por Rodrigo Fontanari e Pedro Geraldo Tosi

da Baronesa de Japy, cerca de 333.000 pés de café; as Fazendas “Aurora” e “Mattão”, de João Carlos Leite Penteado, cerca de 550.000 pés de café; Fazenda “Santa Escolástica”, de José Vicente Queirós Ferreira, cerca de 300.000 (SIMONI, 1906).

Esses “agentes” sociais, na sua totalidade ligados à elite mercantil do estado de São Paulo e até mesmo do país, foram os responsáveis por implementar essa cafeicultura de maiores proporções no município, reforçando a estrutura de diferenciação social na região estudada. É evidente que existiam unidades produtoras de café de pequena e média proporção, porém, essas acabavam subordinadas as ações desses agentes que ocupavam o cume da hierarquia mercantil por meio da monopolização da produção, do comércio e do financiamento. Para Faleiros:

A base pela qual operavam os homens do café era calcada num estreitamento das relações de mercado, ou seja, transferiam aos meios de troca a conformação social existente, o que na prática, significava deter o monopólio da circulação monetária de primeira instância (FALEIROS, 2008: 45).

O crédito como reforço das hierarquias sociais e mercantis

Analisando as escrituras públicas de hipotecas e os penhores agrícolas, constatou-se uma hierarquia na cadeia creditícia, onde os grandes cafeicultores (membros da elite paulista) concentravam os maiores volumes do crédito e, por meio de sua atuação nos negócios entrelaçados à comercialização e ao financiamento do café, subordinavam pequenos cafeicultores e demais tomadores de crédito.

Um das principais casas comissárias que atuou em Santa Cruz das Palmeiras foi a *Prado, Chaves & Cia*, uma das maiores do setor, estabelecida na cidade de São Paulo, tendo como um de seus principais acionistas Antonio da Silva Prado. Vejamos alguns exemplos de como ela atuava na região.

No ano de 1895, essa casa comissária emprestou a considerável quantia de 1:145:000\$000, com juros de 12% ao ano, aos proprietários da Fazenda “Brejão”, Dona Veridiana Valéria da Silva Prado e Doutor Eduardo Paulo da Silva Prado, com a garantia hipotecária da fazenda e de todas suas benfeitorias, como cafezal com 700.000 pés de café, máquinas de beneficiar, casas de moradia e de colonos. O prazo do contrato era de um ano e os devedores deveriam entregar todo o café ao estabelecimento comercial da firma credora. Esse contrato disponibilizou uma grande cifra aos devedores, mas estes tiveram

que se sujeitar a entregar toda sua produção a casa comissária, perdendo com isso, na comercialização do produto ⁴.

Porém, como nesse caso a transação financeira se deu “entre família”, houve na verdade, uma elevada probabilidade de acentuação das chances de lucratividade com os negócios do café, pois a mesma família ganhava na produção e na comercialização. Todavia, era comum um produtor de café ficar refém desses mecanismos de estreitamento de mercado, perdendo, assim, parte de sua autonomia para esses “agentes” do dinheiro, pois tinham que se submeter a tais cláusulas contratuais para ter acesso ao crédito.

Em outro crédito fornecido pela casa comissária *Prado, Chaves & Cia*, no ano de 1904, ao Tenente Coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, proprietário da Fazenda “Santa Eugenia”, no valor de 50:000\$000, a juros de 12% ao ano, vemos outra estratégia da empresa, que ao conceder o crédito ao fazendeiro através de um penhor agrícola de 12.000@ de café, impôs ao devedor severas cláusulas contratuais, como: entregar a fazenda a um administrador da confiança do devedor, mas indicado pelo credor, ficando esse administrador com poderes conferidos, pela atual escritura, para agir com interna liberdade na dita fazenda ⁵.

Vê-se, portanto, nesses dois exemplos de épocas diferentes – uma no período que antecedeu a efetiva crise, que foi mais acentuada entre 1898 e 1906, e outra no momento da crise – que as relações de crédito eram intimamente marcadas pelo contexto nacional e internacional ⁶. Outro ponto importante a ser considerado, é que, em ambos os exemplos, há uma conotação de parentesco entre credores e devedores. Mesmo com severas imposições feitas no empréstimo com penhor à safra de café da Fazenda “Santa Eugenia” do Tenente Coronel Monteiro de Barros, ainda sim, este não ficou sem acesso a fonte de crédito no auge da crise, porém perdeu o controle sobre a administração da fazenda. Nesse caso, mais uma vez, a balança pendeu para o lado daquele que se situa no alto da hierarquia mercantil, ou seja, aos Prados.

⁴ Trecho do *Livro de Inscrição Especial* n° 2 do “Oficial de Registro e Imóveis de Santa Cruz das Palmeiras”.

⁵ Trecho do *Livro de Penhor Agrícola* do “Oficial de Registro e Imóveis de Santa Cruz das Palmeiras”.

⁶ É comum, quando se trata de crise na cafeicultura, aludir-se à crise de 1929. Contudo, houve períodos delicados pelo qual passou a economia cafeeira antes mesmo desta data. Ressalta-se, tendo em vista essa questão, que a crise mencionada aqui é referente ao momento que se segue de 1898 a 1906. Ela é decorrente dos baixos preços praticados no mercado internacional, da alta produção nacional e de políticas econômicas “desastrosas” levadas a cabo pelo governo republicano. Cessa-se, parcialmente, em 1906, com a realização o Convênio de Taubaté, onde os fazendeiros paulistas, mineiros e fluminenses pedem a intervenção estatal com o objetivo de “salvar” a cafeicultura (CANO, 1977. HOLLOWAY, 1978. NETTO, 1979).

Quanto aos comerciantes e negociantes, principalmente os locais, percebe-se que atuaram de forma decisiva dentro da cadeia do crédito ao longo do período estudado, sendo fundamental sua atuação nos pequenos empréstimos, principalmente para diversificação das atividades urbanas e para pequena lavoura, seja de café ou de alimentos.

De forma breve, salienta-se que havia uma hierarquia na cadeia mercantil do crédito, onde o topo da cadeia era ocupado pelo grande capital, nacional ou estrangeiro, tendo como fonte os grandes centros financeiros mundiais – onde a diversificação dos investimentos é realidade, como por exemplo, Londres e São Paulo – até chegar à órbita do complexo cafeeiro, nas cidades especializadas na produção do café, como por exemplo, Santa Cruz das Palmeiras.

No próprio município mantêm-se as hierarquias, pois o grande capital acessível aos grandes fazendeiros ativa as transformações e a expansão das atividades complementares, inserindo outros agentes que participam de forma mais modesta, mas não menos importante, na reprodução e na acumulação do capital cafeeiro.

Essa estruturação fica mais perceptível quando se observa a natureza dos bens hipotecados, na sua maioria imóveis rurais – os números apontam que mais de 90% dos imóveis hipotecados refere-se a imóveis rurais destinados à cafeicultura – demonstrando a importância da agricultura na região.

Quanto à natureza dos devedores, os dados apontaram que o maior montante do crédito era destinado a pessoas ligadas à atividade agrícola, principalmente a do café. Fato reforçado quando analisamos os dados dos 59 contratos com penhor, contidos no *Livro de Inscrição Especial de Penhor Agrícola* do “Oficial de Registros e Imóveis de Santa Cruz das Palmeiras”, onde somente *um* contrato não envolvia diretamente café, demonstrando assim, a importância e a magnitude que a atividade cafeeira assumiu no município.

Não só as formas de produção motivadas pela elite paulista foram as responsáveis pela extração do capital cafeeiro da cidade. Outra forma de visitarem a produção e a comercialização alheia foi através do fornecimento de crédito, onde impunham cláusulas contratuais que possibilitavam se apropriar das safras cafeeiras de outros atores.

Assim, juntamente com a transferência dos membros do capital cafeeiro para São Paulo, foi-se também à riqueza gerada no município, fazendo com que as cidades do interior perdessem um importante elemento de sua vida econômica e social. (PERISSINOTTO, 1999). “Se as cidades do interior perderam essa importante variável de sua vida, a Capital do estado, por sua vez, recebeu daqueles elementos as suas maiores influências”. (PERISSINOTTO, 1999: 86).

Como se já não bastassem tais mecanismos para promoverem a evasão de capitais da cidade, a elite paulista ainda adotou formas de atuação que retiravam ainda mais a autonomia e as possibilidades de desenvolvimento do município. As divisas que poderiam ser retidas no município, via cobrança de impostos sobre a produção de café, eram burladas pelos membros da elite paulista, ou seja, muitas vezes eles não pagavam os impostos locais.

Semelhante “ideologia” e atuação podem ser vista na procuração feita pela Intendência da cidade de Casa Branca – que era o centro administrativo da região e situa-se cerca de 20 km de Santa Cruz das Palmeiras – que recorre aos impostos atrasados do Dr. Martinho da Silva Prado:

Aos quatorze dias do mez de fevereiro de 1890, nesta cidade de Casa Branca, em o paço Municipal presente Seus Intendentes [...] foi dito que pela presente nomeam seu bastante procurador na cidade de São Paulo, ao advogado Dr. João Mendes d’Almeida, especialmente para tractar de receber amigável ou judicialmente do Dr. Martinho da Silva Prado, a quantia de 2:000\$000 de imposto sobre café nos exercícios de 1883 á 1884 e de 1884 á 1885, creado pela Lei Provincial nº 143 de 18 de julho de 1881⁷.

É nítido, portanto, que as formas de atuação da elite paulista foram cruciais para as hesitações da urbanização do município de Santa Cruz das Palmeiras. Essa elite não só manteve a hierarquia social, através da hierarquia mercantil imposta pelas relações de crédito, como também retiravam as pequenas porções que poderiam ficar na cidade via cobrança de impostos.

Perante isto, vemos reforçados os mecanismos que asseguram as desigualdades na modernização periférica, pois as bases de sustentação do grupo modernizante, que passa pela questão fundiária, dificilmente foram contestadas, impossibilitando uma modernidade *strictu sensu* (CAMPOS, 2002).

Considerações finais

Percebe-se, desta maneira, que existia uma inequívoca hierarquia na cadeia creditícia, onde os grandes cafeicultores, como o Conselheiro Antonio da Silva Prado, tinham possibilidades de tomar empréstimos maiores, principalmente nos momentos de

⁷ Fragmento do *Livro de Registro de ofícios, editais e mais papéis* nº 2 do “Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca”.

GRANDES ELITES E PEQUENAS CIDADES: hierarquia mercantil e urbana no complexo cafeeiro paulista (1890-1914) - por Rodrigo Fontanari e Pedro Geraldo Tosi

piores preços do café no mercado, em *agências especializadas* – como bancos nacionais e internacionais – pagando juros mais baixos e com prazo mais flexível, ou ainda, estendiam suas atuações para além da fazenda de café, monopolizando não só a produção, mas também o transporte, o financiamento e a comercialização do produto; enquanto os pequenos cafeicultores e comerciantes ficaram reféns de empréstimos com taxas de juros mais altas e com prazos mais rígidos, tendo que se sujeitar aos mecanismos impostos pelos membros da elite paulista que atuavam localmente.

Outra importante observação é que a grande concentração de capital cafeeiro no município não gerou o desenvolvimento industrial local. Não podemos deixar de frisar que foi de extrema importância a economia cafeeira para o processo de modernização do município, mas os capitais gerados no município não ficaram ou foram reinvestidos localmente, pelo contrário, foi subordinado aos interesses da elite paulista que atuava na região, mas que diversificava seus negócios nos grandes centros urbanos, ou seja, no topo da cadeia mercantil. Afirma-se, portanto, que na economia-mundo, os centros dinâmicos possuidores de atividades diversificadas hierarquizam as bases, onde a produção tende a ser especializada, e que em vista disso, está privado da *glória do progresso*.

Fontes Documentais

MUSEU HISTÓRICO-PEDAGÓGICO ALFREDO E AFONSO DE TAUNAY DE CASA BRANCA.

Registro de ofícios, editais e mais papéis, nº 2, da administração Municipal de Casa Branca.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS.
Livros de Inscrição Especial, nº 2 e 2A.

_____. *Livro de transcrição de penhor agrícola*, nº 5.

Referências bibliográficas

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, t.2, Os jogos da troca, 1996a.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, t.3, O tempo do mundo, 1996b.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.

GRANDES ELITES E PEQUENAS CIDADES: hierarquia mercantil e urbana no complexo cafeeiro paulista (1890-1914) - por Rodrigo Fontanari e Pedro Geraldo Tosi

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. In: AYMARD, Maurice, et al. *Ler Braudel*. Tradução Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papyrus, 1989. p. 97-135.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. Editora SENAC São Paulo, 2002.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café: Franca, 1880-1920*. Ribeirão Preto, SP: Holos Editora, 2008.

FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. In: AYMARD, Maurice, et al. *Ler Braudel*. Tradução Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papyrus, 1989. p.79-96.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: A primeira valorização do café*. Tradução de Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEVI, Darrell Erville. *A Família Prado*. Tradução José Eduardo Mendonça. São Paulo: Cultura 70, 1977.

NETTO, Antonio Delfin. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo: 1889-1930*. Campinas, SP: UNICAMP, 1999. Volume 1 e 2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS. Serviços. *Histórico*. Apresenta dados gerais sobre a cidade, relativos a: localização, cultura, economia etc. Disponível em: <<http://www.scpalmeiras.sp.gov.br/scpalmeiras.sp.gov.br/historico.html>>. Acesso em: 23 maio 2009.

SIMONI, João De. *Almanach Ilustrado de Santa Cruz das Palmeiras: 1905-1906*. Santa Cruz das Palmeiras: Typografia do Correio Palmeirense, 1906.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Perfil Municipal. Apresenta estatística socioeconômica sobre cidades paulistas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 2 junho 2009.

GRANDES ELITES E PEQUENAS CIDADES: hierarquia mercantil e urbana no complexo cafeeiro paulista (1890-1914) - por Rodrigo Fontanari e Pedro Geraldo Tosi

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo, 1890-1914. In: *História*. São Paulo, v.24, n.2, p.291-327, 2005.

Recebido em: 14/09/2009

Aprovado em: 16/10/2009